

Indígenas residentes nas áreas urbanas do Brasil: uma análise das etnias oriundas de outros países

Nilza de Oliveira Martins Pereira¹

Resumo

O Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE propiciou o levantamento, pela primeira vez na história dos censos no país, das etnias indígenas existentes no território nacional. Para isso, foi necessária parceria técnica com diversos especialistas e estudiosos na questão indígena, tais como o Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos de População - Abep, a Fundação Nacional do Índio - Funai, entre outros. O presente trabalho analisa as declarações sobre etnias do ponto de vista espacial e traça um perfil demográfico desse contingente comparativamente com o indígena residente nas áreas urbanas do Brasil. Dos 896 mil indígenas residentes no Brasil, 0,4% declararam etnias oriundas de outros países. Esse percentual se eleva para 1,2% quando se considera a área urbana. Na desagregação das Grandes Regiões, o Sudeste destaca-se por absorver 77,1% do total de indígenas com etnias de outros países, especificamente no Município de São Paulo.

Palavras-chave: Demografia indígena; Censos demográficos.

Abstract

The 2010 Population Census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE collected data on indigenous population according ethnicity and residents along the Brazilian territory; it has been the first time in the history of the Brazilian censuses. Technical partnership with many experts and scholars as the Working Group on Indigenous Peoples of the Brazilian Association of Population Studies - ABEP, the National Indian Foundation - FUNAI, has been essential. The paper analyzes the declaration on ethnicity from the spatial point of view; it also compares the demographic profile of this total with those residing in urban areas. 0.4% of the 896,000 indigenous residents in Brazil declared ethnic groups from other countries. This percentage rises to 1.2% among urban area. According to Major Regions, the Southeast - Municipality of São Paulo, above all - stood out once 77.1% of the indigenous ethnic groups were from other countries.

Keywords: Demography of the Indigenous People; Demographic Censuses.

¹ Estatística, doutora em Saúde Pública e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (nilza.pereira@ibge.gov.br).

As considerações contidas no documento refletem a opinião da autora, não da instituição à qual está vinculada.

Introdução

A carência de informações acerca da população indígena estrangeira que reside no Brasil ainda é muito grande, pois muitos não informam que são oriundos de outros países, em função da sua permanência no território nacional ainda não ter sido legalizada. Essa população, na maioria das vezes, se instala nos centros urbanos na busca de novas oportunidades, principalmente, no mercado de trabalho, seja como mão de obra na prestação serviços seja na procura de qualificação profissional. Outro fator que merece ser citado relaciona-se à saúde, pois o Brasil conta com uma secretaria especial, vinculada diretamente ao Ministério da Saúde, atuando de forma descentralizada por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs (CIMI, 2013, p. 14) que, apesar do modelo de gestão da saúde indígena ter atuação nas áreas rurais, poderia ser um primeiro passo para um possível deslocamento para um país que possua políticas de saúde dirigida à população indígena. De modo geral, esses fatores são válidos tanto para o indígena brasileiro quanto para aqueles residentes nos países limítrofes com o Brasil.

O objetivo desse estudo é apresentar um panorama demográfico e socioeconômico de um grupo de indígenas provenientes de outros países para os grandes centros urbanos brasileiros, tornando assim visíveis situações que, até a realização do Censo Demográfico 2010, eram desconhecidas, considerando que a produção de informação é fundamental para a formulação de planos e programas de desenvolvimento. Assim, no

processo de revisão e implementação do PA da CIPD na América Latina, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Centro Latino Americano de Demografia (CELADE) da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), juntamente com os Estados-membros, selecionaram oito temas prioritários para a agenda pós-2014 (CEPAL, 2013c), que possuem intersecções entre eles, visto que alguns representam temáticas e outros recortes populacionais (CAVENAGHI, 2014, p. 90).

Entre os temas apontados como prioritários constam os povos indígenas - pluriculturalidade e direitos, além da proteção das suas terras. Esse estudo vem contribuir no conhecimento da mobilidade existente entre os indígenas latino-americanos, cuja temática está presente nas diversas agendas de investigação.

Aspectos metodológicos

A etnia e a língua² falada, entre outros aspectos, são de extrema importância para a caracterização da realidade indígena de qualquer país e não investigadas nos censos de 1991 e 2000.

² Na preparação da lista de códigos das línguas faladas pelos indígenas, o IBGE, juntamente com os linguistas do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística - GTDL, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional - Iphan, fez uma previsão de agregações para que pudessem ser totalizados os respectivos falantes, segundo os troncos e famílias linguísticas, além das chamadas línguas de classificação e de identificação.

Para elaboração da pesquisa étnica e linguística no Censo Demográfico 2010, o IBGE contou com a colaboração de pesquisadores ligados ao Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - Abep, da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, da Fundação Nacional do Índio - Funai, da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística - GTDL, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - Iphan do Ministério da Cultura, entre outros.

Com base nas pesquisas realizadas pelos diversos pesquisadores, foram elaboradas duas listas, uma para as etnias e outra para as línguas faladas pelos indígenas, possíveis de serem encontradas no país. Nesse conjunto de opções, foram incorporadas, tanto para as etnias quanto para as línguas faladas, aquelas de maiores frequências a partir dos resultados dos censos dos países da América Latina na rodada de 2000. Em função de processos migratórios, etnias como Aymara e Quéchua, entre outras, são encontradas nos grandes centros urbanos do Brasil. É importante destacar que etnias indígenas, tais como Guarani, Yanomani, entre outras, também pertencentes a outros países e que são encontradas como residentes em Terras Indígenas brasileiras reconhecidas legalmente no país, foram classificadas como “etnia declarada”. Esse mesmo conceito foi aplicado para as línguas indígenas que são faladas tanto no Brasil quanto em outros países.

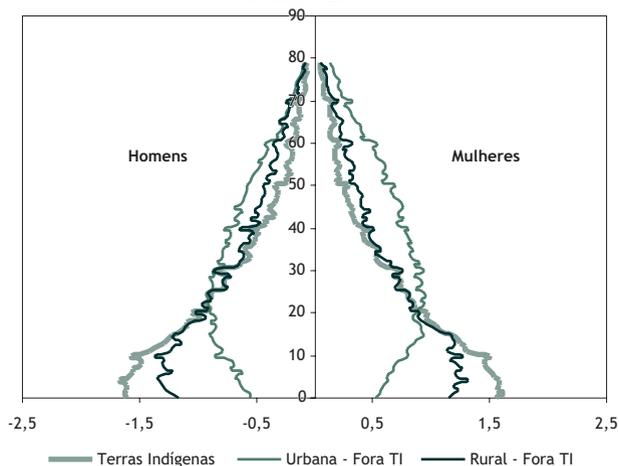
Como essas informações de etnias e língua falada, apesar de terem sido coletadas, não estão disponíveis nos resultados provenientes do questionário da amostra do Censo Demográfico 2010, não foi possível elaborar análises com o tema migração. Portanto, pode-se inferir que esse conjunto seja uma parte ou esteja contido no conjunto de migrantes indígenas de outros países.

Características demográficas e socioeconômicas do indígena, segundo localização geográfica

Com base nos resultados do Censo Demográfico 2010, foi possível classificar o indígena residente no Brasil em três grandes estágios de transição demográfica, que podem ser observados pelas diferenças da estrutura etária - consequência de níveis e padrões de fecundidades distintas, que ocorrem de forma desigual para grupos socioeconômicos distintos em diferentes regiões geográficas, isto é: os povos indígenas residentes nas Terras Indígenas³; pessoas descendentes de indígenas residentes nas áreas urbanas fora das Terras Indígenas; e indígenas que residem nas áreas rurais fora das Terras Indígenas, que em muitas situações englobariam as Terras Indígenas ainda em processo de regularização fundiária. As características demográficas desses três contingentes populacionais são distintas, conforme mostra a pirâmide etária, sendo que os indígenas urbanos que vivem fora das Terras Indígenas possuem uma estrutura mais envelhecida, com uma idade mediana de 31,2 anos, praticamente o dobro daquela observada para os povos indígenas residentes nas Terras Indígenas (17,4 anos).

³ Foram consideradas Terras Indígenas reconhecidas legalmente pela Funai na época do censo 2010, isto é, com situação fundiária na condição de declarada, homologada, regularizada e em processo de aquisição como reserva indígena.

Gráfico 1
Pirâmide etária da população indígena
Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Tabela 1
Indicadores demográficos e socioeconômicos dos indígenas, por localização geográfica
Brasil - 2010

Indicadores demográficos e socioeconômicos	Localização geográfica		
	Terras Indígenas	Urbana	Rural
População indígena	517.383	298.871	80.663
Razão de sexo (%)	106,8	91,6	109,1
Grupos de idade (%)			
0 a 14 anos	44,6	21,1	37,0
15 a 64 anos	51,3	71,0	57,2
65 anos ou mais	4,1	7,9	5,8
Razão de dependência (%)			
Total	94,9	40,8	74,8
Das crianças	86,9	29,7	64,7
Dos idosos	8,0	11,1	10,1
Índice de envelhecimento (%)	9,2	37,4	15,7
Idade mediana	17,4	31,2	21,3
Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	67,7	88,5	71,4
Crianças de até 10 anos de idade com registro de cartório (%)	63,0	90,9	80,8
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por tipo de rendimento (%)			
Em dinheiro, produtos ou mercadorias	34,2	63,9	45,6
Somente em benefícios	8,1	1,5	6,3
Sem rendimento	57,6	34,6	48,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Outro diferencial importante diz respeito ao nível de alfabetização básica dos indígenas de 15 anos ou mais, pois 88,5% daqueles residentes em áreas urbanas estavam alfabetizados, na época do censo 2010, enquanto nas Terras Indígenas apenas 67,7% encontravam-se nessa condição. No que se refere ao registro de nascimento das crianças indígenas de até 10 anos de idade, 90,9% nas áreas urbanas possuíam registro de cartório, contra 63,0% das crianças dessa idade nas Terras Indígenas. Os indígenas de 10 anos ou mais de idade que recebiam em dinheiro, produto ou mercadorias em função do desenvolvimento de uma atividade econômica correspondiam a 63,9% e 34,2%, respectivamente, nas duas áreas geográficas. Na maioria desses indicadores, os residentes nas áreas rurais fora das Terras Indígenas encontravam-se em situação intermediária em relação aos outros dois grupos, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Migração indígena recente

Com as informações oriundas do tema migração, levantadas no questionário da amostra dos Censos Demográficos do Brasil de 2000 e 2010, foi possível quantificar os indígenas nascidos em outros países (Tabela 2), verificando-se que houve incremento anual de 1,3% entre 2000 e 2010, sendo mais significativo na área urbana, principalmente para aqueles que ainda não estão naturalizados (2,0% ao ano).

Tabela 2
Índigenas migrantes e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo a nacionalidade
Brasil - 2000-2010

Nacionalidade	Índigenas migrantes		Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	2000	2010	
Total	4.479	5.107	1,3
Naturalizado brasileiro	1.429	1.791	2,3
Estrangeiro	3.050	3.316	0,8
Área urbana	3.667	4.409	1,9
Naturalizado brasileiro	1.160	1.367	1,7
Estrangeiro	2.507	3.042	2,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

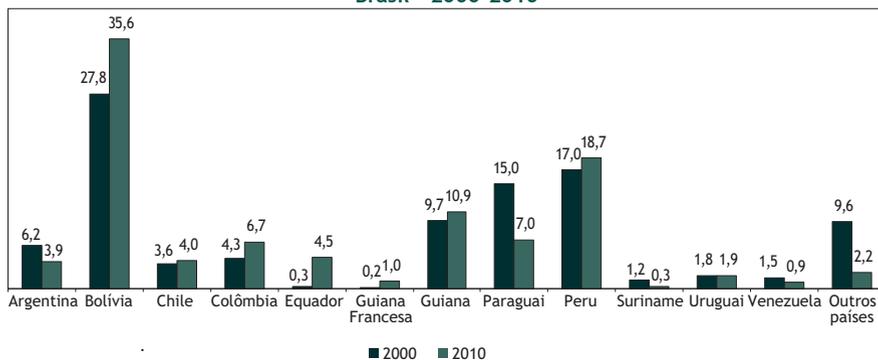
Nas estimativas realizadas com a população que se declarou indígena migrante de outros países, observou-se que praticamente metade (49%) fixou residência entre 2001 e 2010. Na área urbana, os percentuais mais elevados foram constatados nas duas últimas décadas. Nesse conjunto, 35,6% eram bolivianos e 18,7% peruanos. Os países da América do Sul contribuíram com 95,4% do total de migrantes. Houve aumento do fluxo em grande parte dos países da América do Sul, com exceção da Argentina, Paraguai e Suriname. Particularmente no caso dos indígenas do Paraguai, poder-se-ia estar diante do processo de idioma e identidade cultural únicos, pois muitos poderiam não ter se declarado como estrangeiro, principalmente pela intensa relação existente entre os guarani residentes no Brasil. Estanislau (2014) aborda que esse povo possui características específicas, sendo que os deslocamentos são realizados em grupos, famílias ou comunidades, entre o Paraguai, a Argentina e regiões do Brasil.

Tabela 3
Indígenas estrangeiros, segundo ano que fixou residência Brasil - 2010

Ano que fixou residência no Brasil	Indígenas estrangeiros			
	Total		Área urbana	
	N. absoluto	%	N. absoluto	%
Total	5.107	100,0	4.409	100,0
Até 1950	44	0,9	33	0,7
De 1951 a 1960	152	3,0	135	3,1
De 1961 a 1970	63	1,2	49	1,1
De 1971 a 1980	416	8,1	327	7,4
De 1981 a 1990	814	15,9	659	14,9
De 1991 a 2000	1.118	21,9	985	22,3
De 2001 a 2010	2.502	49,0	2.221	50,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Gráfico 2
Indígenas estrangeiros, segundo país de nascimento Brasil - 2000-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

Os indígenas estrangeiros de 15 anos ou mais de idade possuem uma taxa de alfabetização de 93%, sendo os homens mais alfabetizados (96,8%) do que as mulheres (88,3%). Quanto à frequência escolar, 17,2% frequentavam escola, sendo 12% na rede pública de ensino. O percentual de mulheres frequentando a escola é mais elevado, tanto na rede pública quanto na particular. De modo geral, a maioria dos indígenas estrangeiros não frequentava escola na época do levantamento do censo, mas já frequentou, correspondendo a 70,3%. No que se refere ao mercado de trabalho, 72,4% dos indígenas estrangeiros tinham trabalho, sendo que 89,2% recebiam em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios; 3,3% tinham trabalho remunerado, contudo estavam temporariamente afastados das suas atividades; 1,2% ajudavam, sem qualquer pagamento, no trabalho remunerado de morador do domicílio e 6,2% trabalhavam na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (inclusive caça e extração vegetal).

Indígenas oriundos de outros países

Distribuição espacial

Com base na informação das etnias declaradas no levantamento censitário de 2010, dos 896 mil indígenas residentes no Brasil, 0,4% declararam etnia⁴ de um outro país, sendo que esse percentual triplica nas áreas urbanas, passando para 1,2%. Na desagregação pelas Grandes Regiões, o Sudeste se destacou, com 77,1% dos indígenas dos outros países, representando 3,0% do total de indígenas da região.

Tabela 4
População indígena total e que declarou etnias de outros países, segundo as Grandes Regiões
Brasil - 2010

Grandes Regiões	População indígena					
	Total	Urbana	Etnias de outros países			
			Total		Urbana	
			N. absoluto	%	N. absoluto	%
Brasil	896.917	324.834	3.814	0,4	3.745	1,2
Norte	342.836	61.565	122	0,0	113	0,2
Nordeste	232.739	114.401	167	0,1	158	0,1
Sudeste	99.137	79.272	2.941	3,0	2.917	3,7
Sul	78.773	34.440	398	0,5	383	1,1
Centro-Oeste	143.432	35.156	186	0,1	174	0,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

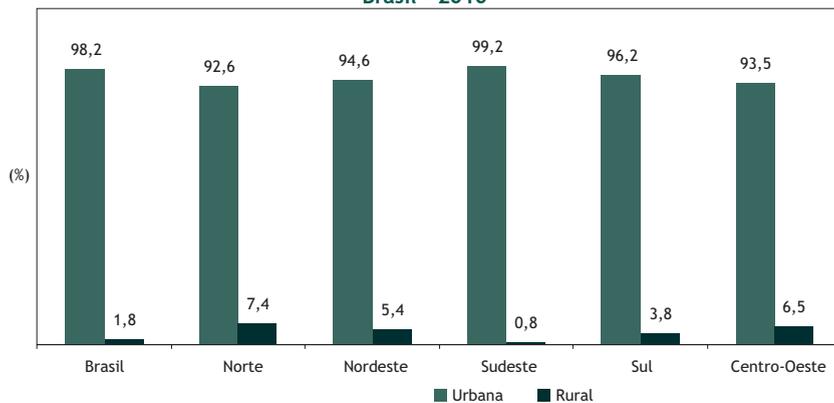
O peso relativo significativo foi observado em todas as áreas urbanas das Grandes Regiões brasileiras, isto é, os percentuais das áreas urbanas são superiores a 92%. Em relação à área rural, as Regiões Norte e Centro-Oeste, que detêm uma grande faixa de fronteira, possuem os percentuais mais elevados.

Como a população indígena com etnia de outros países é predominantemente urbana, conforme revela o Gráfico 3, as análises que se seguem terão como comparabilidade os demais indígenas residentes nas áreas urbanas brasileiras.

Dos 5.565 municípios existentes na época do Censo Demográfico 2010, em 242 foi encontrado pelo menos um indígena nas áreas urbanas, sendo que o município de São Paulo, pertencente ao Estado de São Paulo, abrigava 48,8% do total de indígenas urbanos com etnias de outros países. Esses indígenas também estavam presentes no entorno da capital paulista, em municípios como Guarulhos, Carapicuíba, Osasco, Itaquaquecetuba, entre outros. Estudos realizados na década de 2000 já relatavam acerca de bolivianos trabalhando em oficinas localizadas, especialmente, na cidade de São Paulo (SILVA, 2001 apud ÁVILA, 2007). Em outros estados brasileiros, os maiores percentuais foram observados nas capitais Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Salvador e Brasília, conforme pode ser observado no Mapa 1.

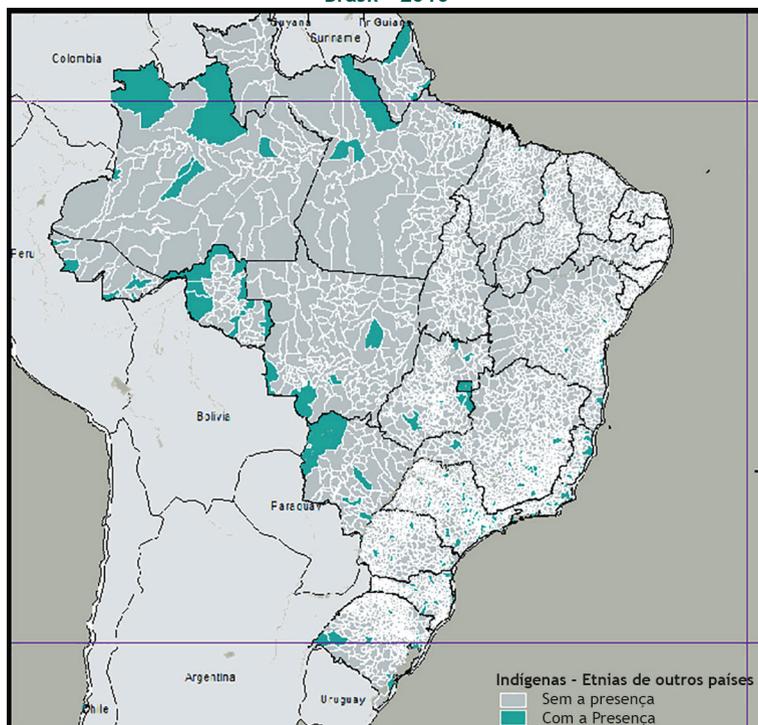
⁴ Etnias que historicamente não pertenciam ao território nacional.

Gráfico 3
Distribuição percentual dos indígenas que declaram etnias de outros países, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Mapa 1
Presença de indígenas com etnias de outros países nas áreas urbanas dos municípios Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Características demográficas e socioeconômicas

Os indígenas que declararam etnias de outros países residentes nas áreas urbanas possuíam um excedente masculino de 24,3% em relação às mulheres e o oposto dos indígenas de um modo geral. Enquanto a estrutura dos indígenas urbanos é bem envelhecida, com 7,6% de pessoas de 65 anos ou mais, aqueles com etnias de outros países representavam 4,5%. A sobrecarga de crianças, adolescentes e idosos, sobre os potencialmente ativos, é bem menor, pois a contribuição dos idosos, assim como das crianças e adolescentes, é pequena, mas ambas as estruturas possuem um percentual elevado de adultos, o que justificaria uma idade mediana bem próxima.

Tabela 5
Indicadores demográficos para indígenas residentes em área urbana e que declarou etnia de outros países
Brasil - 2010

Indicadores demográficos	Indígenas residentes em área urbana	
	Total	Etnia de outros países
População indígena	324.834	3.745
Razão de sexo (%)	92,2	124,3
Grupos de idade (%)		
0 a 14 anos	22,2	16,7
15 a 64 anos	70,0	78,9
65 anos ou mais	7,8	4,5
Razão de dependência (%)		
Total	42,8	26,8
Das crianças	31,7	21,1
Dos idosos	11,1	5,7
Índice de envelhecimento (%)	35,0	26,9
Idade mediana	30,52	30,48

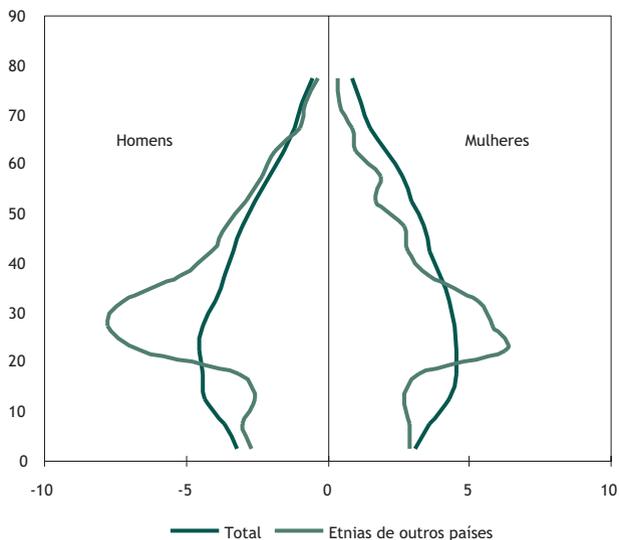
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Embora sejam pronunciadas algumas reentrâncias e saliências na estrutura dos indígenas com etnias de outros países, em função do seu pequeno tamanho populacional, fica evidente um comportamento típico de população migrante, isto é, maior número de jovens e no início da idade adulta, com mais evidência para os homens, que se aventuram na busca de novas oportunidades, quer sejam econômica ou educativa. Resumindo, a estrutura etária mostra uma natalidade mais baixa, com mais homens e na fase adulta.

O nível de alfabetização desses indígenas é mais elevado do que a população indígena urbana total, sendo que a distância entre homens e mulheres é menor. O registro de nascimento realizado em cartório das crianças de até 10 anos de idade assume percentual bem elevado em ambas os segmentos urbanos: 91,4% para os indígenas de outras etnias e 90,8% para o total urbano. Quanto aos rendimentos recebidos pelos indígenas de 10 anos ou mais que declararam etnias de outros países, o percentual era maior para o conjunto dos que recebiam em dinheiro, produtos ou mercadorias e, conseqüentemente, mais baixo para aqueles sem rendimentos. Na estrutura dos valores recebidos, verifica-se para os indígenas com etnias de outros países um des-

locamento para a direita, sendo a classe de mais de 1 a 2 salários mínimos a cúspide da curva.

Gráfico 4
Pirâmide etária da população indígena urbana e que declarou etnia de outros países
Brasil - 2010



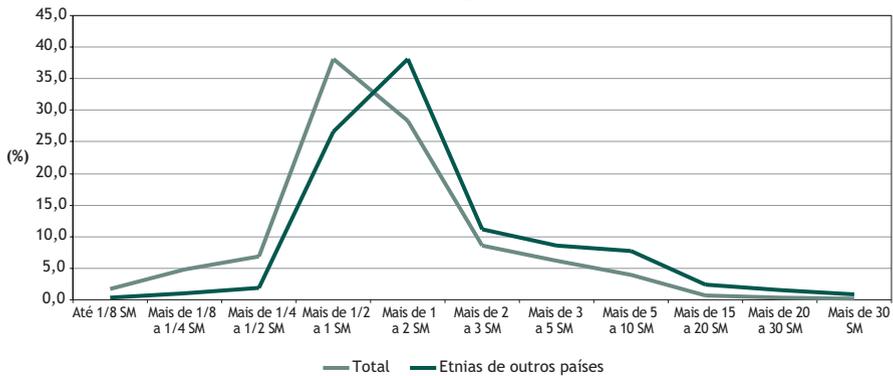
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Tabela 6
Indicadores socioeconômicos para indígenas residentes em área urbana e que declarou etnia de outros países
Brasil - 2010

Indicadores socioeconômicos	Indígenas residentes na área urbana	
	Total	Etnia de outros países
Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	87,7	97,1
Homens	89,0	97,8
Mulheres	86,6	96,2
Crianças de até 10 anos de idade com registro de cartório (%)	90,8	91,4
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por tipo de rendimento (%)		
Em dinheiro, produtos ou mercadorias	35,5	24,9
Somente em benefícios	62,9	73,6
Sem rendimento	1,6	1,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Gráfico 5
Percentual de pessoas indígenas de 10 anos ou mais urbana total e que declarou etnia de outros países, segundo classes de rendimento nominal mensal Brasil - 2010



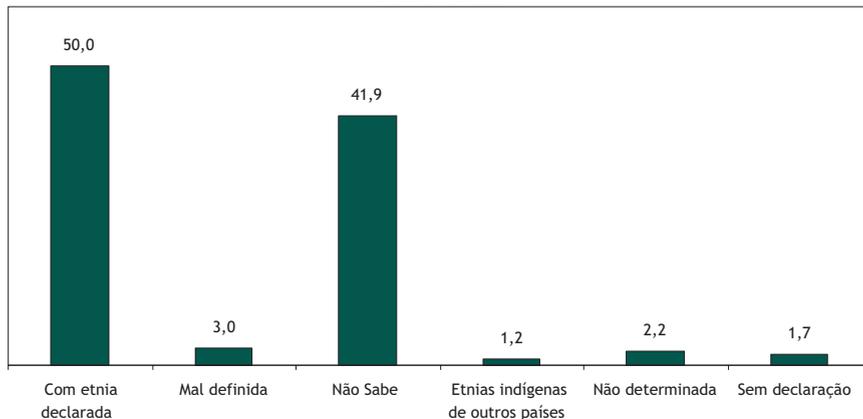
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Identidade étnica e linguística

O conhecimento das etnias declaradas, especificamente daquelas de “outros países”, pode ser considerado um indicativo de possíveis fluxos migratórios entre as populações indígenas de outros países com destino para o Brasil, mesmo que o quantitativo não seja representativo. Para o indígena as fronteiras nacionais podem não ter a mesma representação do que para os não indígenas. Albuquerque (2009) relata que, embora os “Estados estabeleçam suas zonas oficiais de segurança e soberania nacionais, as fronteiras não são bem definidas, quando associa à ampla região entre o Paraguai e o Brasil”. Baines (2004), no estudo acerca da inter-relação entre etnicidade e nacionalidade dos grupos étnicos macuxi e wapichana, com base nos discursos interétnicos e categorias indígenas, argumenta que “esses povos foram e estão sendo constituídos historicamente através de processos de fusão e fissão de grupos étnicos e habitam a fronteira Brasil e Guiana”. O processo migratório poderia ser entendido como um “deslocamento contínuo ou permanente” de grupos étnicos das cidades que compõem a região de fronteira entre o Brasil e a Guiana (PEREIRA, 2006, p. 218).

A distribuição percentual dos indígenas residentes nas áreas urbanas revelou que exatamente a metade declarou o nome de uma etnia e a outra metade foi classificada em sua maioria (41,9%) como não sabendo informar o nome da etnia à qual pertencia.

Gráfico 6
Distribuição da população indígena urbana, por condição da etnia
Brasil - 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Entre os 1,2% que declararam etnias de outros países, observou-se que 49,7% não especificaram o nome da etnia, sendo que as declarações, neste quesito, eram do tipo “sou indígena/índio da Bolívia, do Paraguai, do Peru e de demais países, principalmente da América do Sul”, ficando classificados como etnias de outros países sem identificação. Para o restante, a etnia mais declarada foi Aymara, com 25,4%, seguida da Quéchuas (20,0%). É importante mencionar que, para a declaração da etnia guarani, que no Brasil possui uma parcela significativa, optou-se por registrar como pertencendo a outro país somente os indígenas que identificaram o país de origem, como por exemplo “guarani do Paraguai”, porém, diante do pequeno número dessas declarações, tais pessoas foram classificadas como “etnias de outros países com identificação”. Muitas etnias estão presentes tanto no Brasil quanto nos outros países e, portanto, consideraram-se brasileiras todas aquelas que poderiam ser encontradas em Terras Indígenas dentro do território nacional.

O Censo Demográfico 2010 levantou como línguas faladas as indígenas e o português. Especificamente para aqueles que declararam etnia de outros países, 30,6% falavam língua indígena e 89,7% falavam o português. Para os falantes de línguas indígenas, os nomes mais declarados coincidiram com o nome de etnia, entretanto, 35,2% declararam que falavam uma língua indígena do seu país de origem, sem, contudo, especificar o nome da língua.

Considerações finais

O volume informado acerca das etnias de outros países, assim como a não disponibilidade de estudos específicos com o tema migração por etnias ou línguas faladas, não permite a estimativa dos fluxos migratórios, mas proporciona indícios de possíveis deslocamentos entre os indígenas oriundos dos países limítrofes com o Brasil. Além disso,

as declarações de algumas etnias, tais como Aymara e Quéchua, podem sinalizar que já existiria um processo migratório em desenvolvimento e que esse conjunto seria uma parte ou estaria contido no conjunto de migrantes indígenas de outros países.

Quanto ao perfil do indígena que declarou etnia de outros países, pode-se constatar que a maior concentração estaria nas áreas urbanas e dos grandes centros brasileiros, como São Paulo e do Rio de Janeiro. A maioria é composta por homens e com uma estrutura etária com percentuais elevados entre os jovens e no início da idade adulta. Essa população indígena possuía tanto uma alfabetização básica quanto rendimentos superiores aos demais indígenas residente nas áreas urbanas.

Todas essas considerações foram possíveis graças à identificação dessas etnias pertencentes aos outros países no Censo Demográfico 2010, pois até então não existia nenhum levantamento demográfico a respeito.

Na CIPD-PA foi estabelecida uma agenda de temas sobre população e desenvolvimento, sendo recomendado, especificamente para as populações indígenas e afro-descendentes, que “futuros esforços deveriam se concentrar no reconhecimento da importância do multiculturalismo na vida social; promover medidas destinadas a reduzir as disparidades raciais e étnicas e assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos desses grupos com igualdade de oportunidades, em especial no que se refere à devolução de terras e territórios ancestrais, acesso à saúde, nutrição e educação” (FREITEZ, 2014, p. 279). Assim, os estudos deverão ser dirigidos para a interpretação dos dados censitários existentes, bem como para a continuação das discussões acerca da melhoria quanto à sua captação nas pesquisas domiciliares, no sentido de contribuir para uma maior visibilidade desses segmentos populacionais.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A Dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos brasiguaios entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 118-128, 2007.
- BAINES, Stephen G. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 1, n. 1, p.65-98, jul. 2004.
- CAVENAGHI, Suzana. A dinâmica populacional e a agenda de população e desenvolvimento sustentável”. In: WONG. Laura Rodríguez et al. (Org.). *Cairo+20: perspectivas de la agenda de población y desarrollo sostenible después de 2014*. Rio de Janeiro: Alap, 2014 (Serie Investigaciones nº. 15).
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário. *A política de atenção à saúde indígena no Brasil: breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas*”. Edição revisada, 2013. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: set. 2014.

- DEL POPOLO, Fabiana; RIBOTTA, Bruno. Migración de jóvenes indígenas em América Latina”. In: DEL POPOLO, F.; CUNHA, E. M. G. P.; RIBOTTA, B.; AZEVEDO, M. (Org.). *Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina*: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes. Rio de Janeiro, 2011.
- ESTANISLAU, Bárbara Roberto. A eterna volta, migração indígena e pankararu no Brasil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- FREITEZ, L. Anitza. La agenda de población y desarrollo 20 años después de la CIPD: reflexiones desde la Asociación Latinoamericana de Población”. In: WONG, Laura Rodríguez at al. *Cairo+20: perspectivas de la agenda de población y desarrollo sostenible después de 2014*. Rio de Janeiro: Alap, 2014 (Serie Investigaciones n. 15).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tendências demográficas* - Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000. Rio de Janeiro, 2005 (Série Estudos e Pesquisas, n. 16).
- _____. *Manual do Recenseador*. Censo 2010, CD 1.09. Rio de Janeiro, 2010. IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>.
- _____. *Censo Demográfico 2010*. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012.
- IIDH - Instituto Interamericano de Derechos Humanos. *Migraciones indígenas en las Américas*. San José, Costa Rica, 2007.
- PEREIRA, Mariana Cunha. Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 out. 2014.
- SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 out. 2014.